Sábado, 26 de Setembro de 2026

Operação Discórdia: Polícia Civil prende dupla acusada de pedofilia e coerção à automutilação de menores

Investigação da PC em Mato Grosso desmantelou rede criminosa que usava app de jogos para explorar crianças e adolescentes.

A Polícia Civil de Mato Grosso executou, na madrugada desta sexta-feira (7), a Operação Discórdia com objetivo de desarticular organização criminosa envolvida em exploração sexual infantil e promoção de automutilação entre menores de idade através de plataforma de comunicação digital.

A ação judicial teve origem em investigações conduzidas pela Delegacia de Tapurah e resultou no cumprimento de cinco ordens judiciais expedidas pela Vara Única de Tapurah. Entre estas, encontram-se dois mandados de prisão preventiva contra indivíduos de 19 e 20 anos, além de três mandados destinados a buscas e apreensões de materiais. As diligências foram realizadas simultaneamente em três estados: Rio de Janeiro, Santa Catarina e Minas Gerais.

O esquema criminoso englobava múltiplas práticas delituosas, incluindo coação para automutilação, intimidação de vítimas, produção e disseminação de conteúdo pornográfico envolvendo menores, além de armazenamento e comercialização desse material ilícito.

O trabalho investigativo iniciou-se em abril, quando um adolescente de 17 anos foi apreendido no município de Itanhangá. Naquela ocasião, registros digitais contendo material pornográfico e imagens de lesões autoprovocadas foram localizados no dispositivo móvel do menor.

Durante as investigações, duas meninas foram identificadas como vítimas diretas: uma de Tapurah e outra residente no Rio de Janeiro. Em material audiovisual apreendido, uma delas era mostrada em situação de ferimento. A comunicação entre aliciadores e vítimas ocorria através do aplicativo Discord.

Conforme avançavam os trabalhos investigativos, descobriu-se a existência de grupos específicos na plataforma digital, o que permitiu identificar os responsáveis pelas ações praticadas contra as crianças e adolescentes.

O modus operandi adotado pelos criminosos consistia em obter fotografias íntimas das vítimas mediante estratégias manipulatórias. Posteriormente, exigiam o envio de novos conteúdos explícitos ou imagens de automutilação sob ameaça de expor o material para familiares e na internet.

Fundamentado nas provas coletadas, o Ministério Público requereu os mandados de prisão e busca e apreensão, que foram aprovados pela autoridade judiciária competente.

A denominação Discórdia refere-se especificamente à plataforma de comunicação explorada pelos investigados para contatar, seduzir e extorquir os menores de idade.